



**Reitoria
INFORMACIONAL**



Ano II
Número 28
Junho/2004

Quarta-feira

30 DE JUNHO DE 2004

Edição Extra

CRUESP



Campinas, 29 de Junho de 2004.

Of. Cruesp 16/04

Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas

Ilmo Sr.

Prof. Dr. Milton Vieira do Prado Junior

Coordenador do Fórum das Seis Entidades

Prezado Professor

Como informado no Comunicado 07/2004 de 22 de junho, o CRUESP continua aberto a receber proposições exequíveis que ajudem as três universidades a superar a presente situação. Desde o início das negociações, o CRUESP tem demonstrado inequivocamente sua disposição para adaptar suas propostas e encontrar saídas que respeitem, simultaneamente, a necessária recomposição do poder de compra dos salários e a capacidade financeira das universidades, garantindo seu adequado funcionamento.

Em reunião realizada nesta data, o CRUESP analisou as propostas apresentadas pelo Fórum no Ofício 15/04 de 28 de junho de 2004, as quais reproduzimos sinteticamente abaixo para referência:

"a) 9,41% de reajuste na data-base:

b) mudança do parâmetro de arrecadação do ICMS na fórmula de política salarial em negociação, para 32 bilhões"

Surpreendem-nos as duas propostas descritas acima, visto que ambas já foram objeto de extensa discussão na última reunião deste Conselho com o Fórum, em 22 de Junho, na qual o CRUESP manifestou, de maneira muito clara e fundamentada, a impossibilidade de atendimento.

Naquela reunião, o Fórum chegou a aventar a hipótese de um reajuste correspondente à inflação do período (em torno de 4%), a qual não pode ser aceita por levar o comprometimento com a folha de pagamento das universidades a níveis impraticáveis. Com índice de 4%, caso a arrecadação do ICMS atinja o valor de 32,4 bilhões, estabelecido como mínimo na fórmula proposta, o comprometimento na média das três universidades chegaria a 90,2%, sendo 93,2% na Unicamp, 92,8% na Unesp, 87,7% na USP (todos estes ainda sem incluir os efeitos da aplicação da fórmula em outubro).

Da mesma forma a proposta de alteração do valor mínimo de arrecadação para aplicação de reajuste em outubro de 32,4 para 32 bilhões foi extensamente discutida. O CRUESP não pode aceitá-la. Já com o valor mínimo em 32,4 bilhões o comprometimento na média das três universidades alcançará 88,05%, sendo 90,95% na Unicamp, 90,60% na Unesp e 85,59% na USP. Estes valores, embora demasiado altos, apontam para uma gradual recuperação do equilíbrio financeiro nas três universidades.

Pelo exposto, não pode o CRUESP aceitar as propostas apresentadas no Ofício 15/04 e nem tampouco considerá-las como "propostas para negociação". Basta destacar que a concessão de um reajuste de 9,41% na data base levaria o comprometimento das três universidades (caso a arrecadação chegue aos 32,4 bilhões) a 92,8%, sendo 95,8% na Unicamp, 95,5% na Unesp e 90,3% na USP. Ora, se as universidades tivessem capacidade financeira para tal reajuste já o teriam concedido no início das negociações, visto que, tanto em 2002 como em 2003 o CRUESP demonstrou transparência, clareza e compromisso com o objetivo da manutenção do poder aquisitivo, havendo condições para isso. Argumento semelhante vale para o parâmetro de 32 bilhões: o CRUESP propôs inicialmente o valor de 33,5 bilhões, reduzindo-o sucessivamente para 32,8 e finalmente para 32,4 no intuito de aumentar a probabilidade de algum reajuste antes do final do ano. Não podemos ir além deste valor sem comprometer significativamente o funcionamento das três universidades.

Assim, o CRUESP não considera necessário o agendamento de uma reunião de negociações para discutir pontos que já foram exaustivamente discutidos anteriormente. Como afirmado no Comunicado 07/04, o CRUESP continua aberto à discussão de propostas exequíveis.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.
Atenciosamente.

CRUESP